

“ELEMENTOS EXTREMISTAS”: IGREJA CATÓLICA PARAIBANA E REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO¹

A nossa pretensão nessa escrita foi a de analisar como a Igreja Católica na Paraíba se posicionou no combate ao comunismo na sua forma teórica, ou seja, procuramos perceber como essa instituição religiosa constituiu um conjunto de representações para dar sentido ao comunismo e aos comunistas. Buscamos filtrar a forma que esse discurso assumiu através do jornal *A Imprensa*² e dos documentos eclesiais (cartas pastorais e encíclicas), já que estes meios impressos pela Igreja Católica paraibana cumpriram uma importante e eficaz função na divulgação da propaganda anticomunista e produziram efeitos práticos na sociedade. Assim, abordamos o anticomunismo a partir das práticas e das representações; duas dimensões distintas, contudo, complementares.

Durante o século XIX, a Igreja Católica do Ocidente travou ferrenha batalha intelectual com o mundo moderno e liberal que se desejou laico e secularizado, condenando o que ela considerou como sendo os seus males: o positivismo, o laicismo, o ceticismo, a maçonaria, o protestantismo, e o espiritismo; sendo também inclusos nesse conjunto o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Desse modo, para se pensar as representações católicas sobre o comunismo no Brasil e, especificamente na Paraíba, se faz necessário primeiro perceber que as mesmas mantêm estreitas nuances com as demais doutrinas que a Igreja considerava como sendo “erros da modernidade” e, portanto, prejudiciais à sociedade.

¹ Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Paraíba – e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Lançado em 27 de maio de 1897, o jornal *A Imprensa* tinha formato grande com periodicidade semanal, circulando na sua primeira fase até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, ele foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Por esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União*. Em 15 de agosto de 1912, reapareceu na sua segunda fase em publicação bi-semanária (quartas e domingos) e com uma tiragem de dois mil exemplares. Durante os anos 1920 e 1930, esse jornal fazia a cobertura de todo Estado da Paraíba, alcançando também outros recantos do país. Por essas décadas, foram seus principais articulistas e cronistas: Batista Leite, Eliseu Lira, Paulo Cintra, Clodoaldo de Oliveira, Luiz Delgado, J. V. Coelho, Padre José Delgado, Hortênsio Ribeiro, Padre J. Cabral, Orlando de M. Henriques, Eudésia Vieira, Serafim Leite, Dom Luís Godde, João Carlos Bezerril, J. Farias Pimentel, Nelson de Almeida Prado. Funcionou regularmente até 1942, quando foi fechado pelo interventor estadual Ruy Carneiro, ressurgindo em 1946 e funcionando na sua terceira fase até o ano de 1968. Cf. Araújo, 1986, p. 42-44 e Lima, 2007, p. 334.

Nesse sentido, as primeiras representações da Arquidiocese paraibana³ relacionadas ao comunismo, que conseguimos verificar, estão no editorial do jornal *A Imprensa* de 09 de fevereiro de 1902, cujo título é “O Socialismo”. Partindo do princípio de que o socialismo se baseava na negação de Deus, do espírito e da existência da vida futura, o discurso daquele editorial representava o socialismo como uma “força deletéria do mal, fruto sazonado das sociedades secretas”, que pretendia caminhar “sorratamente destruindo a ordem social” e, se ele fosse implantado, “tornaria as condições de vida do operário mais miserável.”

Também é perceptível nesse texto a estreita relação que a Igreja fazia entre o socialismo e o liberalismo, entendendo o primeiro como mais um dos resultados do segundo. Tanto é assim que a segunda matéria sobre o socialismo, encontrada nesse jornal católico, representa-o conjuntamente com o liberalismo, entendendo que ambos “(...) trabalham sinistramente a lúgubre sepultura da pobre nação”, o socialismo, “(...) ora pulverizado o princípio adorável de autoridade, ora anarquizando a sociedade, açoita qual furacão indômito a arrancar desapiadadamente as folhas das árvores, os seus mais belos destinos”, e o liberalismo “Sistema dissolvedor que tem deixado os mais perniciosos resultados no mundo (...)”. (Jornal *A Imprensa*, 10 maio 1903).

Igualmente rico em representações nesse sentido é o editorial desse jornal de 09 de outubro de 1919, que trouxe como título “Evolução Socialista - A obra negativa do socialismo ateu, sem religião, sem família e sem propriedade”, cujas palavras introdutórias fazem referência à “perigosa serpe do anarchismo” como uma variante do socialismo que, sob “a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente”, emergia potencialmente. Segundo o texto, colaborou para a expansão do socialismo, nos últimos trinta anos, o Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), momento em que, sob a justificativa de proteção internacional ao operariado mundial, os “homens foram ali apenas deliberar uma campanha tremenda de ódio”.⁴

³ A Diocese da Paraíba foi criada em 27 de abril de 1892, por meio da Bula *Ad universas orbis ecclesias*. Como parte das estratégias de romanização da sociedade, o papa Pio X, pela bula pontifícia *Majus catholicae religionis incrementum*, elevou a Diocese da Paraíba a Arquidiocese e criou as dioceses de Cajazeiras e Natal, em 06 de fevereiro de 1914. A Arquidiocese compreendia toda a parte oriental do Estado, atingindo 64.000 quilômetros quadrados com uma população de 450.000 fiéis, aproximadamente; a Diocese de Cajazeiras, situada na parte ocidental do Estado, abrangia 43.000 quilômetros quadrados e uma população de 250.000 fiéis; e a Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, com 57.730 quilômetros quadrados e com pouco mais de 400.000 fiéis. Cf. Lima, 2007, p. 363.

⁴ O Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), que reuniu delegações de vinte países, fundou a Segunda Internacional Socialista como uma continuidade dos trabalhos da dissolvida Primeira

A narrativa segue mostrando a dimensão que o movimento operário vinha conseguindo na Europa e na América, considerando que para tal contribuíram as posições do “socialismo demolidor”.

Parece não exagerarmos em afirmar que ahi se ergue a anarchia trêfega, mascarada de socialismo humanitário, a explorar a laboriosa classe operária. Sim. Porque lá estão, a nossa vista, nos dias presentes, a obra negativa desse socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade, tríplex dogma que constitui a base fundamental da sociedade em seu tríplex aspecto religioso, moral e econômico. (IDEM).

O artigo continua, reconhecendo o importante papel das confrarias, sindicatos, uniões, ligas e cooperativas enquanto promotoras de grandes vantagens educativas e de proteção ao operariado, contudo adverte que

(...) a tática manhosa da seita socialista trabalha dia e noite sem tréguas, forcejando por corromper essas e outras tão poderosas quanto úteis instituições. É a proletarização dos homens do Trabalho como das demais classes que, desgraçadamente, aos pares, se têm deixado arrastar na corrente, á música lethal da sereia socialista.

O texto termina chamando atenção de que “Campeia na Europa a mais desabrida e satânica anarchia; contorcem-se em convulsões de medo países da América ameaçados”; uma chave narrativa que desemboca no alerta ao governo brasileiro, bem como de seus estados, para as “conseqüências perniciosas” do socialismo e de sua variante, o anarquismo. Destaca que, no Brasil, “frio e refractario ao ódio e a effusão de sangue, já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta da corrente anarchica”, disseminada entre os trabalhadores nacionais por “estrangeiros piratas”.

No seu conjunto, observamos que esse editorial traz algumas emblemáticas representações sobre o liberalismo, o socialismo e o anarquismo: o primeiro é adjetivado de criminoso e incongruente; o segundo é referenciado como promotor do ódio, demolidor, agente de uma obra negativa por ser sem religião, sem família e sem propriedade, de ser uma seita que se utiliza de táticas manhosas e de ser uma sereia de música letal; e o terceiro, de ser desabrido, satânico, serpe perigosa, hidra sanguesedenta e de ser importado para o país por

Internacional, embora excluindo o ainda poderoso movimento anarco-sindicalista. Entre as suas principais ações, estão a declaração do 01 de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores e a campanha internacional para a jornada de oito horas de trabalho.

piratas estrangeiros. Assim, percebemos que o texto é recorrente ao emprego de elementos narrativos como ódio, crime, violência, pirata, seita e satânico, bem como a seres mitológicos (sereia, serpe e hidra), epítetos que carregam uma significação negativa na cultura ocidental.

Notamos que as representações sobre o socialismo, tanto nessa matéria como na anterior, o relacionavam diretamente com o anarquismo, portanto, entendidos como fazendo parte de um mesmo corpo doutrinário, sendo difícil, se não impossível, desvinculá-las. Nesse sentido, durante as duas primeiras décadas do século XX, os discursos postos pela Igreja sobre o anarquismo, o socialismo e também o comunismo mantinham as mesmas referências, já que, até então, esses três princípios teóricos de organização da sociedade pareciam fazer parte, para a Igreja Católica, de um único projeto político e ideológico.

Identificamos que as Cartas Pastorais do arcebispo paraibano, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques⁵, constituíram uma das estratégias da Igreja Católica para “desmaterializar”⁶ o operariado paraibano, sendo as mesmas também importantes fontes para percebermos como aquela instituição representava o comunismo e os comunistas. Dentre todas, destacamos a “Sobre os males actuaes da sociedade”, emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil (15 de agosto de 1920), que foi o primeiro documento católico que chegou às paróquias paraibanas com orientações muito visíveis sobre a questão operária e de condenação sistemática ao socialismo e às suas variantes, entendidos como “males atuais da sociedade”.⁷

Partindo do debate sobre as soluções para a *questão social*, o texto dizia que para tal se apresentava, além do liberalismo, “o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o

⁵ Dom Adauto foi escolhido para dirigir a diocese paraibana. Nasceu em Areia – PB, em 30 de agosto de 1855 e era filho do coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, “(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho”, o que deixou marcas profundas na sua personalidade. Após ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezenove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma (1877-1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882, sendo nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba. Cf. Ferreira, 1994, p. 65-64.

⁶ Usamos o termo “desmaterializar” para nos referirmos à ideia de que o mesmo discurso da Igreja Católica que enfatizava a espiritualidade para o operariado, no sentido de afastá-lo do materialismo e desmobilizá-lo das lutas de classes, escamoteava a sua própria materialidade física, econômica e política (poder temporal).

⁷ Na Carta Pastoral Coletiva “Sobre os males actuaes da sociedade” (15 de outubro de 1920), a Igreja Católica manteve um discurso que teve por base a Encíclica *Rerum Novarum* para a solução da *questão social*, onde procurou condenar o socialismo e seus variantes, bem como estabelecer o entendimento entre as classes, pregando, por um lado, a paciência e resignação dos operários, e cobrando, por outro lado, do Estado e dos patrões mais atenção à situação vivida pelo operariado brasileiro. Assim, o teor dessa carta caminha no sentido de procurar substituir a ideia de “luta de classes” por “harmonização social”.

communismo, o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição”, destacando que “À primeira vista, Irmãos e Filhos muito amados, essa doutrina parece salvar a situação do pobre, no entanto, falsa em seus princípios e em seu conjunto, é perigosa em seus efeitos e irrealizável na prática.” (HENRIQUES, 1920, p. 29). Depois de defender a desigualdade social, entendendo-a como um fato natural da vida humana, a narrativa segue advogando em favor da propriedade privada que as escolas socialistas “relegam para o domínio do Estado”:

O socialismo nacional ou a democracia social, também chamada collectivismo, que attribue ao Estado colectivo toda a propriedade, como a produção e a distribuição dos bens econômicos; o socialismo agrário ou parcial; o socialismo anarquista, ainda subdividido em possibilista, quando procura a consecução do Estado do porvir pela difusão de suas idéas, e em revolucionário, quando emprega a força. Seria longa a citação de todos os systemas socialistas, sendo maior a nomenclatura dos seus famosos chefes, entre os quaes se notam Carlos Marx, Bebel, Wolmar, na Alemanha; Krapotkin, Lenine, Bakunin, na Rússia; Ferri, Turate, na Itália; Brousse, Malou, Jaurés, na França. (IDEM, p. 30).

As representações aparecem na sequência, quando a Carta Pastoral segue se reportando aos resultados sociais de onde o socialismo foi posto em prática:

Todos esses systemas fizeram promessas de um reino phantastico, onde não penetrariam a dor, a lágrima e a pobreza, acenando de longe como uma felicidade perpétua, a qual, pelo contrário, se tornou em verdadeiro infortúnio para todos os povos. De facto, sem Deus, sem família, sem pátria, lançam-se os homens uns contra os outros num phrenesi de bárbaros. Dir-se-ia serem um agrupamento de feras que não uma sociedade composta de filhos do nosso Pae que está nos céos. De sorte que, em vez de melhorar, o socialismo peora a situação dos operários, subtrahindo-lhes a liberdade e reduzindo-os à triste condição de servos do Estado ou das juntas. (IDEM, p. 30).

Somam-se ao conjunto anterior já analisado mais um número de significados que vão sendo atribuídos ao socialismo e seus congêneres: doutrina falsa e perigosa, onde penetra a dor, a lágrima, a pobreza e a infelicidade; agrupamento de bárbaros, feras e servos do Estado.

O texto segue argumentando que a Igreja Católica sabe e considera as grandes necessidades dos operários, cuja solução do problema foi apresentada na Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), onde também se alertou para a falsidade do socialismo que, objetivando destruir a propriedade privada e o capital, promoveria a violência, a morte e ia “de encontro ao direito natural e a todas as legítimas aspirações do coração humano” Assim, o

princípio de salvação socialista, “(...) ao envez de resolver a condição do operário, o escravisava, tornando-o uma criatura do Estado, do qual depende em tudo, na distribuição do trabalho, do pão, das vestes e, *proh pudor!* até na formação da família, que passa a constituir um patrimônio das juntas dos *soviets*.” (HENRIQUES, 1920, p. 33).

Tomando como exemplo o caso da Rússia⁸, a carta continua contestando a nacionalização dos bens, das forças do trabalho e dos ofícios, dizendo que, para a execução de tais princípios, “seria preciso um polícia em cada lar, cujos habitantes ficariam na dificuldade de se mudar”, alertando ainda que, entre tantas consequências graves,

(...) está a destruição da dignidade do homem, que, perdendo a sua liberdade, se vê obrigado a trabalhar para o Estado, recebendo em recompensa uma ração que mal lhe chega para saciar a fome. Mas, o maior perigo do socialismo é a anarquia, a desordem social, que o bolchevismo procura levar a efeito a força da revolução e da morte. De facto, o bolchevismo é o expoente máximo de todo o mal socialista é a negação de Deus, da Religião, da Patria, da família e do lar. (IDEM, p. 34).

Vemos que o socialismo posto em prática na Rússia é representado como promotor do cerceamento da liberdade do indivíduo, que passou a ser obrigado a trabalhar forçadamente para o Estado e a receber em troca uma “ração” insuficiente para se fartar; também referendado tendo como maior perigo a anarquia e a desordem social que são efetivados por meio da revolução e da morte. Em seguida, a Carta descreve que alguns estudiosos católicos coligiram cinco sentenças, “todas inçadas de impiedade e blasfêmias”, consideradas como centrais em diversas obras e congressos socialistas:

1º Aborrecer a Deus: “Deus é inimigo, Deus é a mentira”. “Todo o nosso systema é atheu e não se pode desviar de sua direcção”. 2º Maldizer o nome de Deus; “Nós só podemos nos volver para Deus com o fim de lançarmos contra Elle as nossas maldições”. 3º Profanar o que é sagrado e as festas: “As egrejas, os conventos, as capellas e outros logares sagrados serão demolidos e transformados em estabelecimentos públicos de utilidade e de recreio, como theatros...”. 4º Desprezar pae e mãe: “O pae não tem direito algum sobre seus filhos”. “Não valem os filhos os mesmos que os paes?... Não mais obediência, sem isto não pode haver egualdade”. 5º Matar sem escrúpulos: “Chegado que seja o dia, os fusis e canhões revolver-se-ão por si mesmos para triturarem todos os inimigos do povo socialista”. (HENRIQUES, 1920, p. 34-35).

⁸ A Revolução Russa se deu em dois momentos distintos: em fevereiro (março no calendário Ocidental), que derrocou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal dirigida por Kerensky; e em outubro (novembro no calendário Ocidental), na qual o Partido Bolchevique derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético sob a liderança de Lênin. Cf. Reis Filho, 2000, p. 47-59.

Nessa súmula do decálogo socialista, o desprezo pela religião, pelos pais e o assassinato são apresentados como pontos centrais, sendo ainda acrescida nela a união livre entre homem e mulher, “a liceidade da mentira, do engano, do roubo e de tudo quanto seja necessário para o goso.” (IDEM). Assim, o bolchevismo russo é apresentado nesse documento episcopal como um grande perigo demolidor de Deus, da família e da pátria, que promove na Rússia uma grande multidão de horror, de destruição e de morte, destacando-se, por fim, o alerta para o fato de que a sociedade brasileira estava diante da presença de um “grave perigo” que requeria “imprescindíveis remédios”:

De facto, essas idéas revolucionarias, espalhando-se entre as classes populares, a pouco e pouco lhes destroem todas as virtudes sobrenaturaes e cívicas, preparando-nos assim um futuro quiçá semelhante ao estado actual do povo russo, ora a braços com os tristes infortúnios da anarchia, da descrença, da fome e da morte. (IDEM, p. 35-36).

Como bem destaca Motta (2002), notamos que o ano de 1917 foi simbólico para a escalada da propaganda comunista e anticomunista no Brasil. Na medida em que o Estado proletário russo avançava, também se fortalecia a construção de representações sobre o comunismo: de um lado, alguns o representavam como doutrina redentora do mundo; por outro lado, recrudesciam as visões que o percebiam como o grande mal da sociedade de então que a tudo e a todos veio destruir.

“Doutrina contra Doutrina”, de 08 de dezembro de 1928, foi outra Carta Pastoral onde o Arcebispo Dom Adauto, criticando o conceito de liberdade proposto pelas filosofias inspiradas no liberalismo, no racionalismo e no materialismo, representou o socialismo e o comunismo como segue:

*A sociedade civil, qualquer que seja a sua forma de governo, não é possível, senão por meio de uma hierarquia, cujos chefes são investidos do poder de mando; mas o radicalismo **socialista**, em virtude do tal princípio de independência, proclamado pelos mais responsáveis do bem social, para logo reivindica a perfeita e inalienável igualdade de todos, destrói todo direito de comando, toda obrigação de obedecer, sendo cada um soberano de si mesmo. E a esta primeira consequência do princípio revolucionário dos Enciclopedistas, do evangelho moderno, o **comunismo**, sob o império da cobiça, erigida em teoria, acrescentou uma outra: fazendo substituir aquela lei natural, que o senso comum de todos os séculos e de todos os povos civilizados sempre reconheceu, assegurando aos citados cidadãos a posse e a transmissão dos bens adquiridos pelo talento, pelo trabalho e pela economia, por*

aquilo que eles chamam de direito de partilha igual, e que não é mais do que a espoliação dos proprietários. (HENRIQUES, 1981, p. 72). (Grifos nossos).

Descreve o texto, ainda, que esse direito de liberdade tornou-se um tema predominante no comunismo, sendo o mesmo responsável pela destruição da família e pela abolição das leis sagradas do matrimônio. “Nenhum dos elementos de ordem pública escapa das excomungadas seitas que, para melhor segurarem a sua presa, terminam pelo niilismo.” (IDEM). Vemos que as representações postas sobre o socialismo na Carta Pastoral anterior continuaram sendo reforçadas oito anos depois, sendo que agora a ideia de comunismo começou a ganhar mais evidência.

Segundo constatamos no jornal da Arquidiocese da Paraíba, essas Cartas Pastorais foram divulgadas em suas páginas ao longo dos anos que as seguiram e, desse modo, fizeram a sociedade paraibana ter acesso às representações que a Igreja Católica promovia sobre o socialismo e o comunismo durante a década de 1920. Identificamos também que outros textos postos nesse periódico traziam imagens negativas a respeito da Rússia e do regime político ali instaurado em outubro de 1917, como o editorial intitulado “*Habemus Pontificem*”, por exemplo, que noticiou a eleição de Pio XI como Papa, em 06 de fevereiro de 1922. A matéria procurava salientar a sua “vasta cultura e extraordinária erudição”, atribuindo-lhe ainda a “firmeza de atitudes” e “a coragem moral” de que dera prova quando foi Núncio Apostólico de Varsóvia, ao ser o único de todo o corpo eclesiástico ali estabelecido a permanecer no seu posto quando a cidade estava “ameaçada de ser invadida pelos bolchevistas”, em julho de 1920. (Jornal *A Imprensa*, 08 fev.1922).

Já em seu número de 16 de abril do ano seguinte, esse jornal noticiou o “gesto bárbaro do governo soviético” mandando fuzilar na praça pública o Monsenhor Constantino Butkiewicz, administrador dos bens eclesiásticos de Petrogrado, na Sexta-Feira Santa, 30 de março de 1923, como segue:

Monsenhor Butkiewicz não excitara o povo contra o poder discricionário do soviétismo, não pregara desordem e não se insurgira contra o elemento político que desagrega e estraga a vida social e moral de seu país. Defendera, sim, os direitos de Deus e da sua Igreja, as prerrogativas de sua religião, o patriotismo de sua fé, cousas sagradas que todos os povos civilizados, todas as nações cultas respeitam e acatam. O venerado Arcebispo de Petrogrado e outros sacerdotes que lhe seguiram as pisadas sofreram pelo mesmo motivo o martírio dos ergástulos no mesmo ambiente de irreverência, de maus-tratos, de escárneos e de mofas satânicas que

preludiarão a morte trágica do Monsenhor Butkiewicz. (Jornal A Imprensa, 16 abr.1923).

Pensamos que essa notícia da execução do Monsenhor Butkiewicz, que fazia parte das medidas de repressão do governo soviético aos movimentos contra-revolucionários naquele país, deve ter causado significativo impacto entre os leitores católicos desse periódico pela Paraíba afora, já que o representa como um mártir que teve trágico fim por defender os direitos de Deus, da Igreja Católica e da pátria.

Também conseguimos identificar que o primeiro conflito armado ocorrido no Brasil, de que o jornal *A Imprensa* fez uso para representar a “real” ameaça dos comunistas, foi a segunda Revolta Tenentista de 05 de julho de 1924.⁹ Em seu editorial “Os estrangeiros e a revolta militar”, de 17 de setembro desse ano, o semanário destaca a participação dos “subversivos imigrantes” no levante paulista e chama a atenção do governo para que se passe a fazer uma rigorosa seleção quando do recebimento de estrangeiros no país, considerando-os

Gente perversa, sem patriotismo e sem ideal, não se importa ou não se apercebe da desgraça que cava ao espírito nacional de suas pátrias nessa luta de bolchevismo, de soviétismo, de socialismo, de comunismo e de tantos outros princípios de correção da sã política e dos bons costumes. Pois bem, é dessa fornalha acesa onde se gastam as energias universais, é dessa caldeira onde fervem ódios, vícios de toda natureza que saem muitas vezes para o Brasil levadas e mais levadas de imigrantes. (Jornal A Imprensa, 17 set.1924).

O que o jornal não percebeu e não declarou em sua narrativa, ou não quis admitir abertamente, é que esse movimento revolucionário não era protagonizado por socialistas e comunistas e sim pelos tenentes das Forças Armadas brasileiras, restando àqueles uma participação coadjuvante.¹⁰ Desse modo, a matéria é emblemática por ser a primeira a

⁹ A Revolta Paulista de 1924 foi deflagrada no dia do segundo aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, primeira revolta tenentista, ocupando a cidade de São Paulo por vinte e três dias, sendo considerada como o maior conflito bélico já ocorrido naquela cidade. Comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, a revolta teve a participação de numerosos tenentes, entre os quais Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas. A “Revolta de militares”, como também ficou conhecida, contou com um ingrediente que desagradou bastante à velha aristocracia bandeirante: a adesão do proletariado. Os sindicatos de tendência anarquista declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por isso foram duramente perseguidos. Já os comunistas, taticamente, nem apoiaram nem criticaram a revolução. Esperaram ver a real força do movimento para se manifestarem. Politicamente, essa posição mostrou-se vantajosa, pois, enquanto a repressão aos anarquistas tornava-se ferrenha, os espaços deixados em aberto por aqueles militantes passaram a ser ocupados pelos partidários do comunismo. Cf. Romani, 2011, p. 168.

¹⁰ Sobre a participação dos imigrantes, notadamente operários, nessa Revolta Tenentista, consultar Aquino, 1988.

instrumentalizar um motim armado ocorrido no país, portanto “real”, para acrescentar o estigma que já vinha sendo elaborado sobre o regime soviético.

Durante o mês de fevereiro do ano seguinte, aquele periódico católico levou à sociedade paraibana notícias ainda mais próximas sobre ações praticadas, segundo ele, pelos anarquistas. Tratava-se das reportagens referentes à mobilização da polícia paraibana sendo distribuída em pontos estratégicos das fronteiras do sertão do estado, com o objetivo de defendê-las dos revoltosos comandados por Luiz Carlos Prestes, cuja Coluna vinha atravessando o interior do Nordeste. (Jornal *A Imprensa*, 10 fev.1925). Contudo, foram os acontecimentos desenrolados quando da passagem da Coluna pela cidade sertaneja de Piancó, cujos confrontos se deram em 09 de fevereiro e resultaram na morte do padre Aristides e de outros defensores do lugar, que mais representativos foram para o jornal diocesano fomentar o temor entre seus leitores sobre as ações ditas anarquistas.¹¹ Vejamos:

*Mal poderíamos supor que a incursão dos revoltosos em nosso território tivesse o seu epílogo nessa dolorosa tragédia de que foi teatro a vila de Piancó. Já não há mais o que discutir ou pôr em dúvida o trucidamento frio e requintadamente perverso do padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político local e membro do Congresso do Estado, e de mais 16 pessoas, entre as quais o prefeito municipal, funcionários públicos e anônimos. Ficou selada com o sangue das infelizes vítimas a passagem pelo sertão da Paraíba dessa coluna de anarquistas bárbaros. (Jornal *A Imprensa*, 17 fev.1925).*

Depois de referendar o “trucidamento frio e perverso” como tendo sido obra de “anarquistas bárbaros”, a matéria segue verberando a perversidade dos assassinos:

As vítimas tiveram o crime de defender a legalidade e a ordem dentro de seu território, de sua própria casa. Poderiam ter morto os inimigos no campo da luta, no fragor das armas, não o quiseram, porém. Preferiram sacrificá-los a sangue frio, de arma branca, com os requintes de atrocidade que o mundo já sabe. Dos sacrificados pela morte em Piancó cabe-nos o dever de destacar o padre Aristides Ferreira da Cruz pela sua posição social e política. O padre Aristides era um sacerdote sobre quem pesavam as penas da Igreja Católica, de cuja disciplina se distanciara infelizmente. Não obstante, era um elemento de confiança de seu partido político e tinha nas mãos as responsabilidades de chefe local e representante do seu município na Assembléia do Estado. Sabendo-se condenado à morte, o Pe. Aristides

¹¹ Aristides Ferreira da Cruz (1872-1926) era natural de Pombal e foi ordenado padre em 1901. No ano seguinte, passou a ocupar a função de vigário da Freguesia da Vila de Piancó, sendo afastado de suas funções, em 1912, por não obedecer às ordens emanadas da Diocese da Paraíba. Estabeleceu-se naquela cidade onde foi eleito deputado estadual em 1915, tendo sido reeleito por mais duas legislaturas consecutivas. Como chefe político do lugar, comandou a reação legalista contra a Coluna Prestes em 09 de fevereiro de 1926. Derrotados junto aos seus, foram conduzidos para um barreiro e aí assassinados. Cf. Otaviano, 1979, p. 18.

implorara dos verdugos um instante para arrepende-se dos seus pecados e fazer as últimas orações, mas isto não lhe fora concedido. (IDEM).

Interessante observar que o jornal *A Imprensa* também fazia uso de acontecimentos ocorridos no plano político estadual para representar o que ele entendia por comunismo e, nesse particular, cabe o registro da sua opinião omitida em editorial sobre os episódios transcorridos no município paraibano de Princesa Isabel no ano de 1930.¹²

*De caso pensado nos temos abtido de trazer á baila a questão de Princesa. Mais de três meses de lutas entre irmãos, de morticínio e depreações. Custa crer que haja um só brasileiro que ouse apoiar um levante como o de Princesa contra a autoridade legitimamente constituída. Os próceres da política nacional, entre os quais se acham homens de responsabilidade, já deviam ter dado passos para fazer cessar este terrível flagelo. Mas em política de tudo se cuida, menos do bem comum. Cada qual procura os seus interesses pessoais e do religioso pouco se lhe dá. Que falta para explodir a revolução? **O liberalismo de nossa Carta Magna, e mais ainda a tolerância criminosa dos governantes, deram azo à obra de esfacelamento das instituições nacionais.** O Estado da Paraíba já não figura como uma unidade da Federação: tudo lhe falta, tudo lhe é negado pelo Poder Central. **Bandos de malfeitores, tal qual na Rússia dos Sovietes, vão infestando o interior com imenso dano da população.** (Jornal *A Imprensa*, 05 jul.1930). (Grifos nossos).*

Vemos que a Igreja paraibana seguia sua clássica orientação de condenação ao liberalismo, considerando-o responsável por fazer surgir movimentos que contestassem a ordem então estabelecida e, ao mesmo tempo, tomando como referência a sua visão sobre o comunismo, entendia os acontecimentos desenrolados em Princesa como sendo semelhantes aos da Rússia pós-revolução. Assim, essa interpretação pode ser entendida como uma nuance do anticomunismo católico na Paraíba.

¹² Após assumir o governo do Estado da Paraíba em 1928, duas linhas de ação nortearam a administração de João Pessoa: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental; e o estabelecimento do centro comercial do estado na capital em detrimento da relação até então existente com Recife. Para tanto, ele empreendeu uma reforma tributária que passou a retirar a máquina fiscal da influência dos coronéis e a reduzir o papel intermediador das praças comerciais vizinhas, o que desagradou a burguesia comercial-exportadora pernambucana e as oligarquias açucareira e algodoeira da Paraíba, cujos interesses comerciais estavam sendo contrariados. Os desdobramentos deste conflito engendraram a luta de Princesa. Ao apresentar a chapa para deputados federais em Princesa, João Pessoa deixou de fora o coronel Zé Pereira, que era deputado estadual por aquele município, e seus amigos e correligionários, inclusive o ex-governador João Suassuna. Tal ofensa fez o coronel José Pereira romper com João Pessoa, que era candidato a vice-presidente do Brasil na chapa de Getúlio Vargas, declarando apoio aos adversários do presidente do estado no plano nacional. João Pessoa, então, destituiu o prefeito, o vice-prefeito e o promotor de Princesa, que eram ligados ao coronel e mandou tropas da polícia militar para Teixeira, cidade vizinha, para acabar com a rebelião, em 28 de fevereiro de 1930. Vitorioso nesta e na batalha seguinte, o coronel Zé Pereira proclamou o Território Livre de Princesa, desligado da Paraíba, mas subordinado ao governo federal, com bandeira, hino, exército e leis próprias. Resistiu até 11 de agosto de 1930. Cf. Rodrigues, 1978.

Depreende-se que na Paraíba, assim como no resto do país, o anticomunismo católico surgiu seguindo as orientações do episcopado brasileiro que, por sua vez, advinham do Vaticano. Contudo, conseguimos perceber que, no decorrer das primeiras três décadas do século XX, as representações sobre o comunismo e os comunistas paraibanos foram adquirindo alguns matizes específicos relacionados com os acontecimentos em ocorrência a nível estadual.

FONTES

1. DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

- Cartas Pastorais

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). Carta Pastoral Doutrina contra Doutrina (08 de dezembro de 1928). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 71-84. (Coleção pensamento político republicano).

_____. et ali. **Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil Sobre os males actuaes da sociedade**. Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

_____. Carta Pastoral Coletiva As Bases Fundamentaes da Sociedade. 1927.

SANTOS, Luís Antônio dos (Dom) et ali. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (19 de março de 1890). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 17-58. (Coleção pensamento político republicano).

- Encíclicas

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** – *Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972, p. 25-55.

2. JORNAIS

Jornal *A Imprensa*, 09 fev. 1902.

Jornal *A Imprensa*, 10 maio 1903.

Jornal *A Imprensa*, 09 out. 1919.

Jornal *A Imprensa*, 06 fev. 1922.

Jornal *A Imprensa*, 16 abr. 1922.

Jornal *A Imprensa*, 17 set. 1924.

Jornal *A Imprensa*, 10 fev. 1925.

Jornal *A Imprensa*, 17 fev. 1925.

Jornal *A Imprensa*, 05 jul. 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida.** Jornalismo impresso (1826-1986). 2.ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **Os "tenentes" estrangeiros:** a participação em João Pessoa: Ed. A União/UEPB, 1988.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização:** Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

LIMA, Francisco (Cônego). **Dom Adauto:** subsídios bibliográficos (1855-1915). Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

_____. **Dom Adauto:** subsídios bibliográficos. (1915-1935). Tomo II. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

OTAVIANO, Manuel . **A Coluna Prestes na Paraíba:** os mártires de Piancó. João Pessoa: Acauã/SEC, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. In: _____; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. (Orgs.). **O século XX:** o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000: 35-59.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa.** Uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930). João Pessoa: A UNIÃO, 1978.
Reis Filho, 2000, p. 47-59.



ROMANI, Carlo Maurizio. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 161-178, 2011.